



III Reunião Fórum China – PLP

A III reunião ministerial do Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa decorreu em Macau em Novembro do ano passado. Estiveram presentes Chefes de Estado e de Governo de sete países de língua portuguesa (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste). São Tomé e Príncipe não esteve presente devido ao facto de manter relações diplomáticas com Taiwan. [Pag 2](#)

Cabo Verde Reforça Relações com Países Lusófonos

No âmbito da sua política externa, Cabo Verde encetou diligências para reforçar as suas relações com vários países lusófonos, nomeadamente, com São Tomé e Príncipe e com Moçambique. [Pag 3](#)

Crescente Influência da China e da Índia em África

A União Europeia é o maior contribuinte para a ajuda ao desenvolvimento e o maior parceiro económico do continente africano, sobretudo nas trocas comerciais, mas em termos de investimento directo está a perder terreno para a China e Índia. [Pag 4](#)

III Cimeira UE- África

Decorreu em Trípoli, na Líbia, entre 29 e 30 de Novembro de 2010 a III Cimeira UE-África, a qual teve como tema global "Investimento privado, crescimento económico e criação de emprego". Participaram nesta Cimeira os 27 estados membros da UE, e do lado africano os 52 países da União Africana e Marrocos. [Pag 4/5](#)

Cimeira do Clima em Cancún

Um ano após a fracassada Cimeira da ONU sobre Alterações Climáticas em Copenhaga, representantes de cerca de 190 países voltaram a reunir-se em Cancún, no México, para uma nova rodada de discussões para lutar contra o aquecimento do planeta. [Pag 6/7](#)

SONANGOL em São Tomé e Príncipe

O Governo são-tomense concedeu à petrolífera angolana SONANGOL o porto de Ana Chaves na cidade de São Tomé, o mais importante do arquipélago, e o aeroporto internacional da capital do país. [Pag 7](#)

Crise na Costa do Marfim

Após as eleições presidenciais de 2 de Dezembro, o candidato da oposição, Alassane Ouattara, foi declarado vencedor pela Comissão Eleitoral Independente com 54% dos votos contra os 46% do Presidente Laurent Gbagbo, o qual governou o país nos últimos 10 anos. Porém, no dia seguinte, o Conselho Constitucional, controlado por apoiantes de Gbagbo, decidiu anular cerca de 13% dos votos, alegando terem sido votos fraudulentos e que acabaram por dar a vitória a Laurent Gbagbo. [Pag 8](#)

Angola e África do Sul Reforçam Relações

Na sequência da visita do Presidente angolano à África do Sul, em Dezembro de 2010, foram assinados diversos Memorandos de Entendimento entre os governos dos dois países. Destacam-se os acordos de cooperação bilateral, nas áreas de desenvolvimento de infra-estruturas, telecomunicações e tecnologias de informação, troca de instrumentos financeiros, energia e ciência e tecnologia. [Pag 9](#)

Referendo no Sudão

As duas partes em confronto são lideradas por homens carismáticos. O regime de Cartum tem como Presidente Omar al-Bashir que está no poder desde que, em 1989, liderou um golpe militar. Apoiado pela população muçulmana do norte, sempre defendeu a unidade do país, o que fez com que reagisse duramente contra a rebelião do sul e contra os intentos de autonomia da zona do Darfur. [Pag 10/11](#)

Fim da Era de Ben Ali na Tunísia

Os países do Norte de África têm vivido na procura de um difícil equilíbrio. Se, por um lado, procuram agradar ao Ocidente, onde muitas das suas elites se formaram, apoiando a luta contra o terrorismo, por outro, têm que cativar uma população crescentemente descontente com a falta de condições de vida que encontram na religião muçulmana uma esperança para o seu futuro. [Pag 11](#)



III Reunião Fórum China – PLP

A III reunião ministerial do Fórum para Cooperação Económica e Comercial entre a China e os Países de Língua Portuguesa decorreu em Macau em Novembro do ano passado. Estiveram presentes Chefes de Estado e de Governo de sete países de língua portuguesa (Brasil, Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique, Portugal e Timor-Leste). São Tomé e Príncipe não esteve presente devido ao facto de manter relações diplomáticas com Taiwan.

No seu discurso, o Primeiro-Ministro chinês, Wen Jiabao, fez uma retrospectiva dos êxitos obtidos na cooperação entre a China e os países de língua portuguesa desde a criação do Fórum em 2003.

Em 2003 quando o Fórum foi criado, o comércio entre a China e os países de língua portuguesa era de apenas 10 mil milhões de USD. Mas, em 2007, cresceu para 77 mil milhões de USD. Nos primeiros nove meses de 2010, o volume comercial entre os dois lados atingiu 68 mil milhões de USD, este número representou um crescimento de 57% em relação ao mesmo período de 2009.

O Fórum visa reforçar os intercâmbios e cooperações económicas e comerciais entre a China e os países lusófonos. Macau com vantagens como língua, posição geográfica e ambiente comercial, desempenha o papel de ponte neste intercâmbio entre a China e os países lusófonos.

Até ao fim de 2009, os países lusófonos criaram mais de 700 empresas na China, com investimento total de 500 milhões de USD. Após a criação do Fórum, o investimento chinês nos países lusófonos ultrapassou mil milhões de USD. Além disso, a China ainda ofereceu apoio financeiro de 3,56 mil milhões de yuans a Angola, Cabo Verde, Guiné-Bissau, Moçambique e Timor-Leste. O Primeiro-ministro chinês apontou que, entre 2010 a 2012, as instituições financeiras da China vão criar um fundo de mil milhões de USD para reforçar a cooperação entre a China e os países de língua portuguesa. Afirmou ainda que o governo chinês vai conceder empréstimos preferenciais no valor de 1,6 mil milhões de yuans aos países lusófonos.

Durante a III Reunião Ministerial do Fórum, os diversos países participantes assinaram o programa de acção de 2010 a 2013¹. A assinatura confirma os conteúdos e metas cooperativas nas áreas de investimentos em negócios, agricultura, construção de infra-estruturas, recursos naturais e humanos, educação, turismo, transporte, telecomunicações e finanças.

O Ministro chinês do Comércio, Chen Deming, afirmou no evento que essa reunião foi de grande importância para a China e para os países de língua portuguesa em resposta às mudanças da situação comercial internacional e aos desafios, além do reforço da cooperação de benefício recíproco e concretização do desenvolvimento comum. Na ocasião, os vários dirigentes participantes elogiaram as novas medidas elaboradas pelo governo chinês na promoção da cooperação entre a China e os países lusófonos.

A colocação de recursos para a materialização daquilo que são os princípios definidos e o programa de acção tornam a cooperação muito mais atractiva para os países beneficiados. Muitas vezes, os acordos assinados ficam-se pelas intenções genéricas, abstractas e falta a concretização. Desta reunião do Fórum saiu um plano de acção, um programa definido para cada um dos intervenientes e foram disponibilizados recursos para a materialização das acções dos projectos de desenvolvimento do plano de acção.



Notas:

¹ Plano de Acção 2010-2013 - http://www.forumchinapl.org.mo/pt/notice.aspx?a=20101123_01



Cabo Verde Reforça Relações com Países Lusófonos

No âmbito da sua política externa, Cabo Verde encetou diligências para reforçar as suas relações com vários países lusófonos, nomeadamente, com São Tomé e Príncipe e com Moçambique.

Em São Tomé e Príncipe existe uma comunidade cabo-verdiana que foi deslocada durante a época colonial para trabalhar nas roças de café. Cabo Verde e São Tomé e Príncipe vão incrementar as relações comerciais, com a criação de mecanismos que permitam o desenvolvimento de negócios e a criação de empresas que possam servir os dois arquipélagos.

A decisão foi tomada durante a visita que o Primeiro-Ministro são-tomense, Patrice Trovoada, efectuou a Cabo Verde, a convite do seu homólogo cabo-verdiano, José Maria Neves, em finais de 2010.

Segundo o Primeiro-Ministro cabo-verdiano, os dois Estados irão trabalhar para melhorar o ambiente de negócios, permitindo um aumento das trocas comerciais entre Cabo Verde e São Tomé. Sectores como as pescas, transportes e agricultura poderão beneficiar desse empenho do sector privado para o reforço das relações e criação de oportunidades de negócios entre os dois países.

No domínio da produção petrolífera, Patrice Trovoada explicou que, neste momento, ainda se está na fase de exploração mas que, depois, deverão surgir oportunidades de negócio no sector dos serviços que podem ser aproveitadas por empresários cabo-verdianos.

Outro domínio que mereceu a atenção dos dois governantes foi o financeiro, tendo ficado acordado que deverão cooperar em termos macroeconómicos. José Maria Neves explicou que tanto Cabo Verde como São Tomé e Príncipe têm um acordo de cooperação cambial com Portugal, estando as duas moedas ancoradas ao euro e existem objectivos comuns de gestão macroeconómica e estabilidade monetária, pelo que faz todo o sentido a cooperação e partilha de boas práticas nesta área.

No âmbito do acordo tripartido entre Cabo Verde, São Tomé e Príncipe e Luxemburgo, o Primeiro-Ministro cabo-verdiano explicou que este abrange as áreas da agricultura, saúde e ensino superior, projectos que começarão em Janeiro de 2011. As relações entre o Luxemburgo e Cabo Verde têm-se aprofundado ao longo dos anos, fomentada pela comunidade cabo-verdiana residente no Grão-ducado. Em Abril de 2010 os dois países assinaram o III Programa

Indicativo de Cooperação (PIC) que, à semelhança do anterior, irá incidir nos apoios à formação profissional, à formação superior, à inserção profissional e social, ao melhoramento dos cuidados de saúde e ainda ao saneamento e água.

Patrice Trovoada explicou que os programas ligados à agricultura e ao combate à pobreza deverão beneficiar grandemente a comunidade cabo-verdiana residente em São Tomé e Príncipe, através de uma integração efectiva na sociedade e na economia são-tomense.

No âmbito da cooperação entre Cabo Verde e São Tomé e Príncipe também na área da educação, vão ser disponibilizadas vagas nas universidades e escolas de formação profissional cabo-verdianas para estudantes são-tomenses. O apoio cabo-verdiano ao sistema de educação de São Tomé iniciou-se há vários anos com o envio de professores para a Ilha do Príncipe. Actualmente Cabo Verde já recebe 68 universitários são-tomenses, tanto nas universidades públicas como nas instituições privadas.

Ainda do encontro saiu a decisão de elevar o consulado geral a embaixada, devendo ser nomeado, em breve, um embaixador para São Tomé e Príncipe.

Em relação a Moçambique, os representantes dos dois governos decidiram instituir consultas políticas ao mais alto nível para impulsionar as relações económicas e empresariais entre os dois países. A decisão foi tomada durante as conversações entre os Presidentes moçambicano, Armando Guebuza, e cabo-verdiano, Pedro Pires, no âmbito da visita de Estado que o Presidente de Cabo Verde realizou a Moçambique em Novembro do ano passado.

Os dois governos assinaram também um acordo para a cooperação na área da ciência e tecnologia, para intercâmbio no domínio da formação de recursos humanos e investigação. O objectivo de ambos os governos é que as relações económicas se aproximem o máximo possível das relações políticas.

Também com o objectivo de dinamizar as relações económicas bilaterais, os dois governos decidiram estimular a troca de missões empresariais e incentivar a cooperação no sector do mercado de capitais, nomeadamente através das bolsas de valores dos dois países.



Crescente Influência da China e da Índia em África

A União Europeia é o maior contribuinte para a ajuda ao desenvolvimento e o maior parceiro económico do continente africano, sobretudo nas trocas comerciais, mas em termos de investimento directo está a perder terreno para a China e Índia.

De acordo com a análise do *African Investor*², consultora especializada em estudos estratégicos e índices económicos, a tendência de conquista de grandes projectos em África por investidores asiáticos, e da China e Índia em particular, é bem evidente.

No período analisado pela *African Investor*, de Fevereiro a Maio de 2010, a Europa perdeu, pelo menos temporariamente, o título de maior investidor. O investimento directo da Europa em África nesse período foi de 12,18 mil milhões de USD, enquanto o investimento asiático atingiu os 30,66 mil milhões USD.

A China posicionou-se nesse período como o maior investidor estrangeiro no continente africano, com investimentos directos no valor de 10 mil milhões de USD.

Nas relações comerciais, os dados divulgados pela Comissão Europeia mostram que a Europa continua a ser, de longe, o maior parceiro. No ano passado, 36% das importações que os países africanos tiveram origem em países da UE, muito acima dos 12,7% com origem na China. Os EUA surgem em terceiro lugar como parceiro comercial, com 6,2% das importações africanas e a Índia com 3,2%.

No sentido inverso, no mesmo ano, 37% das exportações africanas foram para os 27 países da UE, os EUA foram o segundo destino mais importante, com 16,5%, a China surge em terceiro lugar, com 10,6%, e a Índia a seguir, com 4,7%.

Criar melhores condições nos países africanos para atrair mais investimento europeu é, por isso, foi um dos objectivos da III Cimeira UE - África, que se realizou em Novembro do ano passado, em Trípoli, mas também do Fórum Empresarial de dois dias que a precedeu, em que estiveram presentes 500 empresários.

III Cimeira UE- África

Decorreu em Trípoli, na Líbia, entre 29 e 30 de Novembro de 2010 a III Cimeira UE-África, a qual teve como tema global "Investimento privado, crescimento económico e criação de emprego". Participaram nesta Cimeira os 27 estados membros da UE, e do lado africano os 52 países da União Africana e Marrocos.

Trata-se do terceiro encontro de líderes europeus e africanos depois de o primeiro se ter realizado no Cairo (Egipto), em 2000, e o segundo em Lisboa, em 2007, durante a presidência portuguesa da União Europeia (UE).

As preocupações com a segurança do continente africano e as suas consequências para a própria segurança da Europa fizeram com que desde a última Cimeira, a União Europeia já tenha investido mil milhões de euros em segurança em África. Este valor envolveu os custos com o apoio às operações de paz, treino, criação de condições e luta contra o terrorismo.

Face às ameaças globais, a segurança continuará a ser uma área fundamental da cooperação, a nível político entre os dois blocos. Os temas relacionados com as situações, quer no Sudão, quer no Sara ocidental, foram assuntos que pouco foram debatidos na Cimeira devido às profundas divisões que existem, nomeadamente entre os países africanos sobre este tema.

O Presidente da Comissão Europeia, Durão Barroso, defendeu que a III Cimeira UE-África, deverá permitir o aprofundamento da relação entre os dois lados e acredita que uma cooperação mais sólida ajudará a desenvolver o continente africano.

A parceria UE-África, decidida em Lisboa em 2007, estabeleceu que os dois lados, em pé de igualdade, pretendiam ir além da política tradicional de ajuda ao desenvolvimento e alcançar interesses e objectivos estratégicos comuns. Durante a Cimeira de Trípoli, os participantes defenderam um crescimento inclusivo e durável como motor principal do desenvolvimento e da luta contra a pobreza.

Face à delicadeza das questões políticas, ambos os blocos decidiram concentrar a Cimeira, sobretudo, nas questões económicas tendo como objectivo a consolidação das relações políticas e o reforço da cooperação entre os dois blocos. Nesse sentido, as infra-estruturas e a integração regional, energia e alterações climáticas foram assuntos em destaque nesta Cimeira.

Notas:

² África Investor - <http://www.africa-investor.com/>



Outras áreas debatidas durante os dois dias da Cimeira foram as tecnologias da informação e da comunicação, a ciência e o desenvolvimento do sector privado, agricultura e segurança alimentar, paz e segurança, governação e direitos humanos, migrações, mobilidade e criação de emprego serão outros dos assuntos a debater nos dois dias do encontro.

No fim da Cimeira, foi adoptado o II Plano de Acção (2011-2013) para a implementação da Estratégia Conjunta África – UE, já aprovada na segunda Cimeira realizada em Lisboa. A Estratégia Conjunta UE-África, foi formulada para reforçar o relacionamento político e a cooperação UE-África em resposta às mudanças geopolíticas, à globalização aos processos de crescente integração nos dois continentes. O novo Plano continuará, à semelhança do primeiro Plano, a assentar em oito parcerias temáticas, mas com um número reduzido de áreas prioritárias por cada parceria. As oito Parcerias são as seguintes:

1. Parceria África-UE em matéria de paz e segurança;
2. Parceria África-UE em matéria de governação democrática e direitos humanos;
3. Parceria África-UE em matéria de Comércio, Integração Regional e Infra-estruturas;
4. Parceria África-UE em matéria de Objectivos de Desenvolvimento do Milénio (ODM);
5. Parceria África-UE em matéria de energia;
6. Parceria África-UE em matéria de alterações climáticas;
7. Parceria África-UE em matéria de migração, mobilidade e emprego;
8. Parceria África-UE em matéria de ciência, sociedade da informação e espaço.

Em Tripoli, também foi um balanço da implementação do primeiro Plano Acção aprovado há três anos em Lisboa durante a II Cimeira UE – África, e que vigorou entre 2008 e 2010. Três anos passados, o balanço que se faz deste Plano aponta para efeitos positivos, como, por exemplo, o reforço do diálogo entre a Comissão Europeia e a Comissão da União Africana. No entanto, há também a registar vários aspectos menos bem sucedidos que se devem a uma série de realidades, destacando-se, desde logo, uma grande assimetria de

capacidades e de recursos, o que dificulta a implementação de uma parceria entre iguais.

As divergências em relação a vários assuntos mantiveram-se, nomeadamente no que diz respeito às posições europeias em relação á política de alguns países africanos. A questão mais premente foi a da presença do Presidente do Sudão, Omar Al-Bashir em Tripoli. Devido ao mandato internacional do Tribunal Internacional Penal que pende sobre ele devido aos crimes no Darfur, a Alemanha e a França pressionaram a Líbia para que Al-Bashir não fosse convidado a estar presente na Cimeira. Para se encontrar uma solução de consenso, o Sudão esteve representado pelo seu Ministro dos Negócios Estrangeiros.





Cimeira do Clima em Cancún

Um ano após a fracassada Cimeira da ONU sobre Alterações Climáticas em Copenhaga, representantes de cerca de 190 países voltaram a reunir-se em Cancún, no México, para uma nova rodada de discussões para lutar contra o aquecimento do planeta.

As reuniões da Cop-16, no México, começaram em clima de pessimismo e a expectativa era baixa. Os especialistas tinham poucas esperanças de que o encontro terminasse com um acordo global vinculativo, definindo metas para a redução dos gases que provocam o efeito estufa.

As negociações foram prejudicadas pela crise económica na Europa e pela falta de uma lei nacional de mudanças climáticas nos Estados Unidos. A opinião geral era que os países deixassem para a conferência de 2012, na África do Sul, a assinatura de um acordo válido juridicamente para limitar o aumento da temperatura no planeta em dois graus.

Apesar de correr o risco de um esvaziamento político, com uma participação menor de Chefes de Estado e poucas esperanças para um acordo final, a Conferência de Cancún tinha o objectivo de, pelo menos, fazer as negociações resultarem em avanços em áreas específicas, como financiamento, mitigação e adaptação.

A Secretária-Geral da Convenção das Nações Unidas para Mudanças Climáticas, a Ministra dos Negócios Estrangeiros do México, Cristiana Figueras, afirmou que vários avanços poderiam ser obtidos em áreas como a desflorestação, através do mecanismo chamado REDD (Redução de Emissões por Desflorestação e Degradação). Este mecanismo prevê compensar os países com florestas tropicais por suas acções para a redução das emissões de gases oriundas da desflorestação ou degradação de suas florestas nativas. Paralelamente, pretende-se estimular os países em desenvolvimento a combater o desflorestação e oferecer incentivos aos habitantes e governos para que preservem as florestas. A desflorestação provoca, cada ano, cerca de 20% das emissões de gases de efeito estufa, que são libertados para a atmosfera quando a vegetação que os retém é destruída. Anualmente, 13 milhões de hectares de florestas no mundo são perdidos pela desflorestação, o equivalente ao tamanho da Inglaterra.

Também se esperava que pudessem haver avanços na criação do fundo prometidos em Copenhaga para financiar, até 2020, a luta

contra o aquecimento nos países mais pobres. Este objectivo foi alcançado através da criação do chamado Fundo Verde Climático para os países em desenvolvimento no valor de 76 mil milhões de euros anuais a partir de 2020. Paralelamente, foi decidido criar uma entidade, composta por 12 países ricos e 12 países em desenvolvimento, para fazerem a gestão dos fundos necessários para que as economias mais fracas se adaptem às necessidades das alterações climáticas. As principais medidas consistem na prevenção da desflorestação e na promoção de tecnologias de transferência de baixas emissões de carbono.

Face à impossibilidade de alcançar um novo acordo, vários países, entre eles o Brasil, defenderam a prorrogação do actual protocolo de Quioto para além de 2012. Porém, outros países, como Canadá, Japão, Austrália e Nova Zelândia, foram contra a prorrogação do protocolo.

Outro obstáculo à obtenção de um novo Acordo vinculativo tem a ver com os desentendimentos entre os Estados Unidos e China, que já tinha ficado evidente em Copenhaga e nas reuniões preparatórias para a Conferência de Cancún, principalmente em relação à verificação das acções de mitigação.

A proposta que começou a ser delineada na última conferência do clima da ONU, realizada em Dezembro do ano passado, em Copenhaga, é a de que seria criado um órgão para acompanhar as acções internas de mitigação das mudanças climáticas realizadas pelos países em desenvolvimento. São as chamadas acções Mensuráveis, Reportáveis e Verificáveis (MRV), que servem como contrapartida voluntária aos compromissos de redução de emissões dos países desenvolvidos.

Por um lado, os Estados Unidos e outras nações ricas querem que haja um rigoroso controlo internacional com cobranças de resultados para todas as acções de luta contra as mudanças climáticas, mesmo as que não recebam financiamento externo. A China e outros países em desenvolvimento consideram essa cobrança uma ingerência e defendem controles nacionais.

Outro problema foi que o Congresso norte-americano não ter aprovado as metas de redução de emissões de gases que provocam o efeito estufa, apresentadas em Copenhaga.



SONANGOL em São Tomé e Príncipe

Os países africanos rejeitaram uma declaração conjunta com a União Europeia sobre alterações climáticas, considerando que o documento elaborado pelos europeus não reflectia as prioridades do Continente.

De uma forma geral, os resultados de Cancún foram mistos. Depois do fracasso que foi a Conferência de Copenhaga no ano passado, as expectativas em relação aos resultados que seriam alcançados em Cancún, eram baixas. No entanto, a decisão de limitar em dois graus célsius o aumento da temperatura média global até final do século foi positivo, embora estas metas não sejam vinculativas.

Continuam também a existir vários aspectos negativos relevantes. A Conferência não avançou na questão crucial da definição do futuro quadro legal climático e não estabeleceu um calendário para tal ser decidido. Algumas falhas importantes no Protocolo de Quioto como o excesso de direitos de emissão atribuídos a alguns países e as emissões da desflorestação, estão ainda por resolver. Não há ainda decisão sobre as fontes adicionais de financiamento ou mesmo um processo para as identificar.

O Governo são-tomense concedeu à petrolífera angolana SONANGOL o porto de Ana Chaves na cidade de São Tomé, o mais importante do arquipélago, e o aeroporto internacional da capital do país.

O Primeiro-ministro são-tomense, Patrice Trovoada, e o Presidente do Conselho de Administração da SONANGOL, Manuel Vicente, rubricaram um Memorando de Entendimento que estabelece as modalidades da concessão. O documento fixa também uma data, a qual ainda não é conhecida, para a efectivação da concessão.

A mesma fonte afirma que a SONANGOL vai alargar em mais 300 metros a pista do aeroporto internacional de São Tomé, proceder à sua iluminação, alargar, equipar e modernizar a aerogare, num custo superior a 15 milhões de euros. Embora este seja um projecto herdado do governo de Rafael Branco, será o actual executivo liderado por Patrice Trovoada que o irá implementar.

Relativamente ao porto de Ana Chaves, o projecto da SONANGOL, visa o seu prolongamento para mar em alguns metros e equipamento.

Na mesma ocasião, representantes do Governo santomense e da SONANGOL fizeram igualmente o ponto de situação relativo ao projecto de armazenagem de combustíveis, que a empresa angolana pretende construir na cidade de Neves, no norte da ilha de São Tomé.

Dois outros assuntos foram igualmente abordados no encontro: a possível entrada do capital da SONANGOL na transportadora aérea são-tomense STP – Airways, bem como a possibilidade de uma parceria entre a companhia são-tomense de água e energia (EMAE) e a empresa são-tomense de combustíveis e óleo (ENCO), da qual a SONANGOL é accionista maioritário com mais de 70%.





Crise na Costa do Marfim

Após as eleições presidenciais de 2 de Dezembro, o candidato da oposição, Alassane Ouattara, foi declarado vencedor pela Comissão Eleitoral Independente com 54% dos votos contra os 46% do Presidente Laurent Gbagbo, o qual governou o país nos últimos 10 anos. Porém, no dia seguinte, o Conselho Constitucional, controlado por apoiantes de Gbagbo, decidiu anular cerca de 13% dos votos, alegando terem sido votos fraudulentos e que acabaram por dar a vitória a Laurent Gbagbo.

Esta situação lançou o país numa nova fase de instabilidade, com grande parte dos países da Comunidade Internacional a criticarem o Presidente Gbagbo de se agarrar ao poder e de não aceitar os resultados eleitorais. Também as Nações Unidas, a União Africana e a Comunidade de Desenvolvimento Económico da África Ocidental (CEDEAO) criticaram a atitude de Laurent Gbagbo e reconheceram a vitória de Ouattara. Os Ministros dos Negócios Estrangeiros da União Europeia decidiram impor sanções contra a Costa do Marfim, a fim de pressionar Laurent Gbagbo a abandonar o cargo de Presidente e a aceitar os resultados eleitorais.

Ambos os candidatos proclamaram-se vencedores e novos Presidentes do país. Esta situação faz temer que o país se envolva numa nova guerra civil, semelhante à que atingiu o país a durante o início de 2002.

A Costa do Marfim foi governada por Félix Houphouët Boigny desde a sua independência, em 1960, até à sua morte em 1993. Durante a presidência de Boigny, a Costa de Marfim viveu uma época de clara crescimento económico e estabilidade, assente numa cumplicidade com os países do Ocidente lucrando do ambiente da Guerra-fria.

Após a morte do carismático Presidente Boigny, a Costa Marfim entrou numa fase de grande instabilidade devido a clivagens étnicas, religiosas e políticas. Laurent Gbagbo, antigo professor de história, controla as forças armadas marfinenses, enquanto que Alassane Ouattara tem apoio dos rebeldes das Forças Novas de Guillaume Soro, que domina o norte do país.

No que diz respeito às divisões tribais, a situação é confusa. O norte, muçulmano, tem tribos do grupo linguístico mandinga, por exemplo, os Senoufo, a que pertence Soro. No sul, domina a família das tribos Krou, sobretudo Beté, a que pertence Gbagbo. Mas as tribos dominantes são Akan, nomeadamente os Baoulé, cristãos, decisivos

para a eleição de Ouattara, que apesar de ser muçulmano obteve o seu apoio na segunda volta.

A morte de Boigny, coincidiu com o período de democratização e liberalização económica, marcado pela ascensão de Alassane Ouattara, que foi nomeado Primeiro-Ministro e que esperava ficar na presidência. Mas Ouattara foi afastado por Henri Konan Bedié que assumiu a presidência do país.

Após um período de rápido declínio económico, seguiu-se a instabilidade política e militar. Bedié foi deposto num golpe militar comandado pelo General Robert Guei. Nas eleições de 2000, Guei reivindicou a vitória, mas Laurent Gbagbo, que liderava a oposição desde que enfrentou Boigny em 1990, mobilizou apoios populares e assumiu o poder, num processo inverso ao actual. Nessa altura, Gbagbo ascendeu à presidência com ajuda de Ouattara, que não pudera candidatar-se devido a uma lei da nacionalidade criada por Bedié especialmente para o excluir do processo eleitoral. Esta lei previa que os candidatos precisavam de ter pai e mãe marfinense e a mãe de Ouattara nasceu no Burkina Faso.

A instabilidade que se instalou levou a que país caísse, em 2002, numa guerra civil entre o norte muçulmano e o sul cristão. O conflito marcou o início da intervenção de uma força estrangeira de paz liderada pelos franceses, que impediu o triunfo do norte ao defender a capital. As eleições que agora se realizaram, e que surgiram do acordo de 2007, deveriam ter restituído a estabilidade ao país, o que não parece ter sido o caso. No entanto, a falta de transparência no processo eleitoral e a intransigência de Laurent Gbagbo em aceitar os resultados e abandonar a presidência, deixaram o país à beira da guerra civil. Tanto a União Europeia como os EUA decretaram sanções contra Gbagbo e pessoas próximas dele. Entre as medidas previstas estão a proibição de viajarem para território europeu e americano. Porém, Gbagbo não ficou totalmente isolado, já que vários países africanos, nomeadamente Angola e o Benim, e a Rússia mostraram-se favoráveis às suas posições. Com vista a evitar o regresso do país à guerra civil, os países vizinhos, reunidos no âmbito da CEDEAO, tentaram que Gbagbo abandonasse voluntariamente o poder. Para tal utilizaram uma dupla estratégia, se, por um lado, ameaçaram de o derrubar militarmente, por outro, uma troika diplomática, constituída pelos Presidentes de Cabo Verde, Benim, Serra Leoa e Quénia, ofereceram-lhe uma amnistia se renunciasse ao cargo.

Angola e África do Sul Reforçam Relações

Na sequência da visita do Presidente angolano à África do Sul, em Dezembro de 2010, foram assinados diversos Memorandos de Entendimento entre os governos dos dois países. Destacam-se os acordos de cooperação bilateral, nas áreas de desenvolvimento de infra-estruturas, telecomunicações e tecnologias de informação, troca de instrumentos financeiros, energia e ciência e tecnologia.

A dinamização das relações económicas entre Pretória e Luanda, designadamente as trocas comerciais e investimentos, foram igualmente um dos pontos altos da agenda do Presidente de Angola na sua primeira visita oficial à África do Sul.

Para além das questões económicas, esta visita oficial foi importante para avaliar o estado das relações políticas entre os dois países. Desde o fim do apartheid, as relações entre Luanda e Pretória conheceram alguns momentos de tensão. Para além de algum apoio diplomático dado por Pretória a Jonas Savimbi, e o choque de personalidades entre o antigo Presidente sul-africano, Thabo Mbeki, e José Eduardo dos Santos, ambos os países disputam a liderança regional.

Desde que Jacob Zuma ascendeu à Presidência sul-africana, o relacionamento entre os dois países melhorou. Zuma já tinha escolhido Angola como destino da sua primeira visita oficial, em Agosto de 2009, no que foi entendido como um sinal claro da vontade política sul-africana em melhorar o relacionamento bilateral. José Eduardo dos Santos não ficou indiferente ao gesto de Zuma, o que explica a sua retribuição com esta visita à África do Sul. Várias foram as referências elogiosas feitas por Zuma a Angola durante essa visita oficial, referindo o importante papel que Angola, as suas autoridades e o seu povo desempenharam na luta de libertação do povo sul-africano contra o regime do apartheid. Nesse sentido, o Presidente Zuma conferiu a José Eduardo dos Santos a mais alta condecoração sul-africana atribuída a cidadãos estrangeiros, a Ordem dos Companheiros de Oliver Tambo.

Por seu lado, o Presidente da República, José Eduardo dos Santos, também deu provas de que pretende melhorar o relacionamen-

to com os sul-africanos. Sobre se o desnível de desenvolvimento constituía algum problema para Luanda, caso Angola se abrisse ao investimento sul-africano, o Chefe de Estado angolano reconheceu que a África do Sul é um país mais consolidado, com uma economia mais forte, sendo que seria útil a Angola aproveitar a experiência sul-africana em diversos sectores.

Em relação à cooperação em instituições internacionais, os dois países defenderam posições comuns em questões como a reforma nas Nações Unidas, particularmente no Conselho de Segurança, e nas instituições de Bretton Woods (Banco Mundial e Fundo Monetário Internacional).

Apesar desta aproximação entre os dois países, há ainda importantes questões que os dividem. Uma delas é a situação no Zimbabwe, em que Zuma tem assumido um tom mais crítico em relação ao regime de Robert Mugabe. As eleições zimbabweanas, que deverão decorrer ao longo de 2011, serão um importante teste importante para a relação entre os dois países.

O reforço das relações comerciais entre os dois países nas mais diversas áreas, não deixará de colocar um desafio às empresas portuguesas que actuam em Angola, as quais passarão a sentir, cada vez mais, a concorrência sul-africana.





Referendo no Sudão

As duas partes em confronto são lideradas por homens carismáticos. O regime de Cartum tem como Presidente Omar al-Bashir que está no poder desde que, em 1989, liderou um golpe militar. Apoiado pela população muçulmana do norte, sempre defendeu a unidade do país, o que fez com que reagisse duramente contra a rebelião do sul e contra os intentos de autonomia da zona do Darfur. A extrema violência com que o regime de Cartum tratou a questão do Darfur, valeu a al-Bashir um mandato internacional de captura passado pelo Tribunal Penal Internacional. A zona sul é liderada por Salva Kiir que se assume como cristão. Kiir substituiu o histórico líder da rebelião do sul, John Garang, que morreu em 2005 num acidente de helicóptero.

Embora o processo eleitoral fosse aceite, à partida, por todos os intervenientes, a questão da partilha dos lucros da exploração petro-

lífera era uma questão que poderá vir a complicar o relacionamento entre as partes. Se, durante o período de transição, a partilha era feita a medias entre o governo de Cartum e o Governo do sul do país, após uma eventual independência passaria tudo para a posse do novo estado. Esta é questão crucial, uma vez que 80% da produção petrolífera do país, cerca de 500 mil barris por dia, provêm dos campos petrolíferos do sul.

À medida que o país caminhava para a realização do referendo, o clima tornou-se cada vez mais tenso. Um sinal dessa tensão foi o facto do governo de Cartum ter concentrado um número elevado de tropas na fronteira com o Sul. Simultaneamente, os antigos guerrilheiros do sul do Exército de Libertação do Povo Sudanês também se concentraram na fronteira com vista a retaliar uma eventual invasão das forças governamentais.

Mapa do Sudão – Campos Petrolíferos



Fonte: BBC News on África.

Source: Drilling Info International

Apesar das perspectivas de perder o controlo de zonas ricas em petróleo, que correspondem a cerca de 25% do território, as autoridades do norte, incluindo o Presidente sudanês Omar al-Bashir, concordaram em respeitar os resultados. Mesmo que o processo eleitoral corresse bem, ainda haverá muitas questões a decidir após o referendo, sendo a mais importante, a necessidade de determinar acordo de demarcação da fronteira entre o Norte e o Sul. Outra questão tem a ver com a necessidade de determinar a questão da divisão da dívida externa do Sudão, a qual ascende a cerca de 38 mil milhões de USD. A questão da nacionalidade dos habitantes do sul que vivem no norte e vice-versa também terá que ser analisada.

Simultaneamente à realização sobre a autodeterminação do sul do Sudão realizar-se um outro sobre o futuro da região de Abyei, a qual se encontra na linha de divisão entre o norte e sul. Os habitantes desta região terão que decidir se querem pertencer ao norte ou ao sul do Sudão. Esta questão também originou tensão entre o norte e o sul. Para os sulistas, são os residentes de Abyei, maioritariamente da etnia Dinka, que deverão votar. Para o governo de Cartum este referendo deve também abranger os Misseriya, que são árabes e estão alinhados com o



Fim da Era de Ben Ali na Tunísia

norte, porque vivem perto desta região e têm direitos de pastagens na zona de Abyei durante a estação seca.

Para ser politicamente válido, o referendo exigia que houvesse uma participação mínima de 60% dos eleitores, percentagem que foi alcançada no quarto dia, dos seis, de votação. Os observadores internacionais, nomeadamente da União Europeia e que acompanharam o referendo validaram o processo eleitoral, confirmando que a votação decorreu sem incidentes. De acordo com os resultados preliminares³, foram contados 3.793.572 votos, de um total de cerca de quatro milhões. *Dos votos contados, 98,81% votaram a favor da secessão, enquanto que 1,19% (44.830 votos), votaram a favor da manutenção da unidade do Sudão.*

Mesmo que a hipótese de secessão do sul seja aceite pelo o norte, a mesma não deixará de levantar várias dúvidas a nível interno, nomeadamente por causa do futuro do Darfur, e a nível continental, onde a reivindicações semelhantes existem em diversos países africanos.



Os países do Norte de África têm vivido na procura de um difícil equilíbrio. Se, por um lado, procuram agradar ao Ocidente, onde muitas das suas elites se formaram, apoiando a luta contra o terrorismo, por outro, têm que cativar uma população crescentemente descontente com a falta de condições de vida que encontram na religião muçulmana uma esperança para o seu futuro.

Para as populações do Norte de África, as suas elites políticas e económicas estão profundamente comprometidas com esquemas de corrupção e afastadas dos princípios morais do Islão. O modo como os poderes políticos têm lidado com esta questão tem sido através de regimes musculados disfarçados de democracias, como é o caso de do Egipto, Marrocos, Argélia e Tunísia. Nestes países há um forte aparato policial, visível e invisível, que controla o dia a dia das populações com censura na imprensa e utilização controlada da internet.

O controlo político do lado religioso destas sociedades tem sido cada vez menor e, no caso, da Tunísia, chegou ao fim.

Após 23 anos no poder, o Presidente Zine al-Abidine Ben Ali teve que se afastar perante as crescentes manifestações populares que assolaram o país em Janeiro. Ben Ali abandonou o poder a 14 de Janeiro, partindo para o exílio na Arábia Saudita. A fuga da família e dos os apoiantes mais próximos de Bem Ali foi recheada de pormenores controversos, como o caso da sua mulher, Leila Trabelsi, ter levado consigo 1.5 toneladas de ouro do Banco central da Tunísia. A justiça tunisina emitiu um mandado de detenção internacional contra o presidente deposto refugiado na Arábia Saudita, e contra a mulher dele.

A gota de água para a população foi as notícias conhecidas sobre a corrupção do regime de Ben Ali e o facto de um jovem, com educação superior e desesperado por não conseguir emprego, se ter imolado pelo fogo. A população, apesar de ter elevados índices de educação, não consegue arranjar emprego, sendo que a taxa de desemprego é especialmente alta entre os jovens das zonas urbanas.

Paralelamente, a família de Ben Ali e os seus apoiantes mais próximos monopolizavam todos os grandes negócios do país. Perante uma onda de manifestações populares, que foram reprimidas de forma violenta, causando vários mortos, o regime de Ali acabou por não resistir. Se, num primeiro momento, tentou controlar a contestação com a cedência em vários questões, como a liberdade de

Notas:

³ <http://southernsudan2011.com/>

imprensa e a libertação de alguns prisioneiros políticos, num segundo momento foi incapaz de travar a onda de violência e críticas.

Após a queda do Presidente Ben Ali, o Conselho Constitucional tunisino proclamou o vazio definitivo do poder e a nomeação de Fued Mebazaa, Presidente do Parlamento, para assumir interinamente o cargo de Presidente da República. A Constituição prevê a realização de eleições presidenciais e legislativas no prazo de 60 dias.

O Primeiro-Ministro tunisino, Mohamed Ghanuchi, anunciou a formação de um governo de unidade nacional, com participação da oposição, que governará a Tunísia até às eleições presidenciais e legislativas. Moncef Marzuki, dirigente do Congresso para a República (CPR), partido da esquerda laica interdito no regime de Ben Ali, que se encontrava no exílio em França, apresentou-se como o primeiro candidato às futuras eleições presidenciais. As eleições serão organizadas dentro de seis meses, o mais tardar.

Apesar do afastamento de Ben Ali, muitos dos seus apoiantes mantiveram as suas posições, o que motivou a continuação das manifestações populares que defendiam uma alteração total das estruturas do estado tunisino.

A revolução na Tunísia, acabou por ter um efeito dominó na região, nomeadamente no Egipto, onde milhares de egípcios saíram à rua para contestar o regime de Hosni Mubarak. Os protestos tem por base a situação de pobreza, corrupção e desemprego que atinge o país. Poucos dias depois do início da contestação, o prémio Nobel da Paz e antigo Presidente da Agência Internacional de Energia Atómica, Mohamed El Baradei, regressou ao país para dar liderança à revolta. Num cenário de novas eleições presidenciais, El Baradei é um sério candidato à vitória.



OBSERVATÓRIO DE ÁFRICA

Boletim da Fundação Portugal África

FUNDAÇÃO PORTUGAL ÁFRICA

Rua de Serralves
191 - 4150-706 Porto
Tel.: 22 532 03 10 - Fax.: 22 532 03 11
E-mail: geral@fportugalafrica.pt
www.fportugalafrica.pt

Ficha Técnica

Responsáveis pela edição
J. A. Azeredo Lopes
Luís Castelo Branco

Conceito Gráfico e Paginação

Porta de Comunicação

Tiragem

500 exemplares

Impressão

Gutengráfica
Depósito Legal: 223325/05